

Minha caminhada na psicologia

My journey through Psychology

Antônio Gomes Penna *

RESUMO:

O texto descreve a trajetória profissional do autor, que, ao analisá-la, tece ao mesmo tempo uma história da institucionalização da psicologia no Rio de Janeiro. Sublinha os caminhos percorridos por esta disciplina em seus encontros com outros campos de saber, entre eles a educação e a filosofia. Detém-se no processo de criação dos cursos universitários de formação de psicólogos, notadamente o processo referente ao curso de Psicologia da então Universidade do Brasil (hoje UFRJ). Apresenta suas opções teóricas relativas à fenomenologia, o encontro com seu mestre Nilton Campos e a relação profissional e de vida com Eliezer Schneider, com o qual enfrentou desafios nos momentos de turbulência política decorrentes da ditadura militar instalada em 1964 no Brasil e com o qual criou o Boletim de Psicologia do Instituto de Psicologia da então Universidade do Brasil e o curso de Psicologia dessa universidade.

Palavras-chaves: psicologia no Rio de Janeiro; filosofia; regulamentação dos cursos

ABSTRACT:

The study describes the author's professional trajectory and by analyzing it, the author simultaneously draws the story of the institutionalization of Psychology in Rio de Janeiro. The author underlines the paths tracked by this science in its meeting with other fields, including Education and Philosophy. It emphasizes the creation process of university courses for psychologists' training and development, in special the process related to Psychology course of then Universidade do Brasil (today UFRJ). The author presents his theoretical options concerning Phenomenology; his meeting with his master Nilton Campos; and his professional and life relationship with Eliezer Schneider with whom he faced challenges during political upheaval moments – consequences of military dictatorship in Brazil, started in 1964-, and with whom he created the Bulletin of Psychology and Psychology course of the Institute of Psychology of then Universidade do Brasil.

Key-words: Psychology in Rio de Janeiro; Philosophy; regulations on courses

Gostaria que os que venham a ler este texto não o recebam como tendo por meta revelar o que foi minha vida profissional. Na verdade, isso pouco importa. Importa sim que, na condição de testemunha ocular e através de meu próprio itinerário, lhes possa apresentar uma visão panorâmica do que foram os últimos cinquenta anos de psicologia em nosso país e como, particularmente, eu os vivi.

Começaria por confessar que o mundo da cultura abriu-se para mim quando andava pelos meus dezessete anos. Estava, a essa altura, começando um curso de Economia e foi nesse curso que conheci o professor que teve papel decisivo em minha vida. Era professor de Economia Política, mas, na verdade, era muito mais do que isso. De fato, era um dos professores de maior cultura que conheci. Seu nome: David Peres. Suas aulas, extremamente brilhantes e tematicamente variadas, geraram em mim o desejo de lhe seguir os passos. Seis anos depois iniciei-me no magistério lecionando História da Economia. A essa altura já possuía o curso de Economia, na época, em fase inicial entre nós. Lecionei-a durante cinco anos e, ainda hoje, recordo-me do programa que redigi para esse curso, assim como da

bibliografia por mim utilizada. Do programa, constava uma análise da economia primitiva. Para cobri-la, recorri ao clássico texto de Thurnswald, grande etnólogo, intitulado “Economia Primitiva”. Li-a e estudei-a numa tradução francesa. Também tirei muito proveito de um bom trabalho publicado por um etnólogo argentino, chamado Imbelloni. Seu livro intitulava-se “Epítome de Culturologia” e nele Imbelloni expunha as grandes teses sustentadas pela Escola Histórico-cultural representada por Graebner e Schmidt.

O terceiro texto de que me aproveitei foi a tese de concurso apresentada na Faculdade Nacional de Direito, por Alceu de Amoroso Lima, sob o título “Economia pré-política”. Como quarto texto, recorri ao clássico “A origem da família, do Estado e da propriedade privada” de F. Engels.

O segundo grande tema desse curso consistia numa apresentação da economia grega e da economia romana e estava praticamente centrado nas grandes tentativas de Agis e Cleômenes, na Grécia, e de Tibério e Caio Graco, em Roma, objetivando a realização de uma reforma agrária. Problema velho, como a História nos demonstra. Recordo-me da ênfase que concedia ao fato de que, na época de Tibério, a Itália pertencia a sete famílias romanas. Para esse tópico servi-me muito da “História do Socialismo e das lutas sociais”, de Max Beer.

O terceiro tema estava centrado no estudo da economia medieval. O estudo do sistema feudal, da condição dos servos de gleba e das corporações de ofício, constituía o núcleo desse tópico. Lembro-me do texto de Henri See; da “Introdução à Economia Moderna”, de Alceu de Amoroso Lima; e da brilhante tese apresentada por Leônidas de Rezende para a disputa da cátedra de Economia Política da antiga Faculdade Nacional de Direito da extinta Universidade do Brasil. Especialmente o livro de Leônidas de Rezende, centrado em teses marxistas e as comparando com as concepções positivistas e com as doutrinas expressivas do Cristianismo primitivo, revelou-se básico para todo o curso que planejei e, por igual, a já mencionada “História do Socialismo e das Lutas Sociais”, de Max Beer. Vale que se ressalte o fato de que no texto de Leônidas de Rezende registrava-se belo exame das condições que determinaram o surgimento da “economia capitalista”, hoje preferencialmente designada “economia de mercado”. Na verdade, mostrava-se que esse sistema não foi concebido por nenhum teórico; antes, surgiu do desenvolvimento das atividades produtivas fora dos muros das cidades e, conseqüentemente, fora do controle das corporações de ofício.

Precisamente, o quarto tema cobria toda a economia moderna e contemporânea, apontando para as três grandes fases do sistema capitalista: a do capitalismo comercial, a do industrial e a do financeiro, este, de resto, identificado com a política imperialista.

Por volta de 1942 iniciei minha atividade como professor do Instituto La-Fayette, colégio onde realizei meus estudos primários e secundários. Nele lecionei História, Psicologia e Filosofia por vários anos. Em 1944 passei a integrar, na condição de assistente, o Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fundada por La-Fayette Côrtes, em 1939, no Instituto La-Fayette, lecionando a disciplina Psicologia Geral. Permaneci nessa função até 1946, quando dela me afastei. Assinale-se que, em 1944, concluí meu curso de Direito na Faculdade Nacional de Direito da antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, iniciando, já em 1945, o curso de Filosofia na saudosa Faculdade Nacional de Filosofia, da mesma Universidade. Ao concluir o curso, em 1948, fui insistentemente convidado para assistente da cadeira de História da Filosofia pelo eminente Prof. Vieira Pinto e, igualmente, pelo eminente Prof. Nilton Campos. Obviamente optei pela Psicologia, que era a Cadeira ocupada

por este último professor. Assumi essa função em 1948, mas minha nomeação só ocorreu em maio de 1949. Isso significou que trabalhei durante todo o ano de 1948 sem receber qualquer remuneração.

Por certo, foi na Faculdade Nacional de Filosofia que encontrei meus mais importantes professores. Destaco, dentre eles, o Professor Maurilio Teixeira Leite Penido, de resto, ex-professor de psicologia da religião na Universidade de Friburgo, na Suíça, e considerado como um dos maiores teólogos contemporâneos; o professor René Poirier, que lecionou Lógica e Filosofia da Ciência e que, na Universidade de Paris, sucedeu a A. Lalande, de quem foi aluno; o professor Nilton Campos, ilustre psiquiatra e que foi o maior dos discípulos preparados por Waclaw Radecki e, finalmente, o professor Vieira Pinto, grande professor de História da Filosofia. Obviamente, os que mais me influenciaram foram o Professor Penido, ao meu ver a maior cabeça filosófica que o Brasil já teve, e o Professor Nilton Campos, face ao imenso apoio que me proporcionou. Com ele, efetivamente, trabalhei como assistente, de 1948 até 1963, quando veio a falecer. Em 1951, também com ele colaborei no Instituto de Psicologia, cuja direção ele assumira em 1948, em decorrência da conquista da cátedra de Psicologia Geral. Esta cátedra fora ocupada antes pelo ilustre professor André Ombredane, que fora contratado para assumi-la e que retornou à França onde esperava ocupar uma Cátedra no Sorbonne, fato que, efetivamente, não aconteceu. De sua obra mais importante, intitulada “L’Aphasie et l’élaboration de la pensée explicite” utilizei-me com imenso proveito em meus cursos sobre “psicolinguística”. Na realidade, era a patologia da linguagem seu tema predileto e sobre o qual revelava imensa competência. No Instituto de Psicologia permaneci de 1951 a 1958, quando pedi demissão face a minha nomeação, em decorrência de concurso a que me submetera, para professor de Psicologia Educacional no Instituto de Educação, que fora fundado por Anísio Teixeira e organizado e dirigido por Lourenço Filho.

Também em 1950 retornei à já então Universidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro, para assumir, interinamente, a cátedra de Psicologia Educacional, da qual era catedrático efetivo o professor Lourenço Filho. Na mesma ocasião assumi, também, a cátedra interina de Psicologia Geral que integrava o Curso de Filosofia, nela permanecendo até 1970, quando ocorreu minha aposentadoria, face a episódio que relatarei mais adiante. Somava, a essa altura, 28 anos e meio de atividades docentes, faltando-me, para a aposentadoria por tempo de serviço, apenas ano e meio. A aposentadoria que requeri, denominada de especial, era concedida àqueles que já tivessem vinte e cinco anos de trabalho. Eu tinha mais três anos e meio e já estava, a essa altura, com cinquenta e três anos de idade.

Importa assinalar que, em meus muitos anos de Universidade do Rio de Janeiro, realizei duas docências livres. A primeira, na qual me inscrevera em 1955, só a realizei em final de 1957, na cadeira de Psicologia Geral. A segunda, na disciplina Psicologia Educacional, eu a realizei em 1960. Penso que, até hoje, sou o único docente-livre dessa Universidade a ter alcançado dois títulos dessa natureza. Recordo, ainda, com muita alegria, que fui, nos onze primeiros anos de minhas atividades, portanto de 1950 a 1961, onze vezes paraninfo das turmas que concluíram o curso de Filosofia.

Recordo, ainda, que, durante minha passagem por esta Universidade, reuni, em minha casa, um grupo de excelentes alunos, ministrando-lhes aulas de filosofia. Dava-as pelo puro prazer de vivermos juntos a alegria da reflexão centrada nos grandes problemas metafísicos e epistemológicos. Dentre os que participaram desses encontros, cito José Guilherme Merquior, Luis Alfredo Garcia Roza, Clauze Ronald de Abreu, Manusia Mota de Oliveira, Helcio

Mendonça e outros, quase todos, posteriormente, professores desta Universidade e da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Vale, ainda, registrar minha passagem pelo Colégio Andrews. Nele fui professor de 1949 até 1957 e a ele retornei, por curto período, quando da implantação das chamadas classes experimentais. Nesse período, lecionei psicologia, filosofia, sociologia e economia. Cheguei a ser convidado, em 1957, para assumir a direção do Colégio, convite que, por muitas razões ligadas a meus projetos de vida, declinei. De qualquer forma, registro que minha passagem por esse Colégio me foi muito grata. Sempre fui extremamente apoiado pelo seu ilustre Diretor, o professor Carlos Flexa Ribeiro, de resto brilhante professor de História da Arte na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e, posteriormente, Secretário de Educação na administração do Governador Carlos Lacerda. Registro que, a seu pedido, cheguei a dar dois cursos para o próprio corpo docente do Colégio, um deles, inclusive, com a honrosa presença de Anísio Teixeira, sem qualquer dúvida o maior educador que nosso país teve.

No Instituto de Educação permaneci de 1958 a 1963. Em 1964, todavia, fui transferido para a recém-fundada Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI), hoje integrando esta Universidade. Nela lecionei, como um de seus professores fundadores, a disciplina Teoria da Percepção. Dirigido pelo ilustre e saudoso arquiteto M. Roberto, recordo-me dos professores que comigo iniciaram as atividades dessa Escola. Cito o professor Bergmüller, o professor Euryalo Cannabrava e o professor Flávio de Aquino. No que se refere a Cannabrava, não custa lembrar ter sido um dos mineiros do grupo a que pertencia Carlos Drumond de Andrade e um dos que freqüentaram os cursos de Waclaw Radecki, na Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro. Foi, também, um dos primeiros a integrarem a equipe organizada por Mira y López, no ISOP/FGV. Embora a especialidade de Cannabrava fosse a filosofia da matemática e não obstante ter sido, por concurso brilhante, professor de Filosofia do Colégio Pedro II, também lecionou Psicologia Educacional no Instituto de Educação. Vale, ainda, o registro de que, durante poucos anos, integrou a equipe dos programas de pós-graduação do ISOP/FGV. No que se refere a minhas atividades no ensino do Estado, registro que também lecionei, até minha aposentadoria, a disciplina Teoria da Percepção na Escola de Artes Visuais, já há alguns anos instalada no Parque Lage.

Quando, em 1951, fui nomeado para o Instituto de Psicologia, sugeri ao Professor Nilton Campos a criação e edição de uma Revista, a que dei o nome de “Boletim do Instituto de Psicologia”. A idéia foi, de imediato, aceita, e sua publicação, iniciada ainda em 1951, estendeu-se até 1974 quando, por falta de apoio da Reitoria, deixou de ser editada. A coleção que deveria ter vinte e três volumes, na verdade só conta com vinte e dois. O primeiro volume, produzido em mimeógrafo e composto de doze números, foi, logo em seguida, editado pela Oficina Gráfica da Universidade e, por erro técnico, designado de “Anuário do Instituto de Psicologia”. Vale, ainda, o registro de que, pouco antes, o Instituto iniciara a publicação da série “Monografias Psicológicas”, e a mim coube publicar a de número 6, dedicada ao Behaviorismo. Intitulada “Notas sobre o Behaviorismo”, resumia o curso que ministrara em 1949, no segundo ano do curso de Filosofia, como parte do estudo das “teorias e sistemas psicológicos contemporâneos”. A boa acolhida do texto justificou convite da ilustre psiquiatra, Dra. Iracy Doyle, para que eu ministrasse curso sobre o mesmo tema na Sociedade de Psicanálise que fundara e dirigia, em perspectiva inspirada em Karen Horney e Clara Thompson, e onde dois brilhantes psiquiatras e psicanalistas com ela cooperavam. Possivelmente foram eles, os Doutores Horus Vital

Brasil e Carlos Paes de Barros que, tendo assistido meu curso, sugeriram o convite para que eu o repetisse nessa Sociedade, de resto hoje conhecida como “Instituto Iracy Doyle”.

Também em 1953 ocorreu o convite da Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR), sediada, então, na Ilha do Governador, para que o professor Nilton Campos ministrasse um curso de Psicologia Aplicada às Forças Armadas. Esse curso seria dado em 15 conferências. O convite foi aceito. Não obstante, poucos dias antes de seu início, o professor Nilton Campos pediu-me que o substituísse. Coube-me, então, realizar estas conferências, as quais justificaram, por sua boa acolhida, que o convite se renovasse até 1968. Por todo esse tempo, meu “Manual de Psicologia Aplicada às Forças Armadas” foi leitura obrigatória para todos os oficiais superiores da Aeronáutica, até 1970. Assinalo que, depois de 1968, os convites cessaram. As razões, eu as apresentarei mais adiante. De qualquer modo, vale que se registre que minha participação na ECEMAR representou, no fundo, uma retomada de contato dos militares com a psicologia, na medida em que, com ela, as Forças Armadas tiveram o primeiro contato através de Waclaw Radecki que, sem dúvida, foi a fonte geradora do Instituto de Psicologia da UFRJ.

Ressalte-se que minha contribuição na área do ensino militar registrou-se, ainda, na Escola de Aeronáutica, então sediada no Campo dos Afonsos. De fato, diante do sucesso do curso de conferências que ministrei na ECEMAR, um dos oficiais mais entusiasmados com a importância da Psicologia na formação de aviadores, ao assumir o comando dessa Escola, incluiu-a no seu currículo e logo me convidou para que eu a implantasse, responsabilizando-me pelo seu ensino. Aceitei o convite e permaneci, creio, dois anos na Escola. Indiquei, em seguida, um ex-aluno meu para assumi-la.

Não me restringi apenas ao ensino na área da aeronáutica. De fato, em fins da década de cinquenta ou começos da de sessenta, fui convidado para ministrar cursos de psicologia da aprendizagem, da percepção, da linguagem, etc. para os oficiais do Exército que se preparavam para o exercício da função de ensino. Suponho que minha indicação tenha partido do então Major Hércio de Mendonça, meu brilhante ex-aluno e fidelíssimo amigo, que estava ligado a esse curso. Inicialmente instalado na antiga sede do Ministério da Guerra, na Praça da República, foi, posteriormente, transferido para o Forte Duque de Caxias, no Leme. Lá, dei continuidade à minha participação no curso, já então ministrado no Centro de Estudos de Pessoal e aberto a oficiais de outras armas. Nesse Centro, minha participação foi extremamente intensa, sendo-me, inclusive, solicitado que fosse a São Paulo adquirir caixas de condicionamento operante para instalá-las em Laboratório de Pesquisas que estava sendo objeto de instalação. De repente, “rumores acerca das minhas atividades subversivas” determinaram meu afastamento. Registro, entretanto, que lá deixei grandes amigos, um deles, inclusive, brilhante oficial que comandou o Centro na fase em que surgiram os tais “rumores” a meu respeito.

Em 1963, meu grande amigo e mestre, Professor Nilton Campos, adoeceu, atingido por problemas sérios. Logo veio a falecer. Com sua morte, o Instituto de Psicologia passou a ser dirigido interinamente pelo meu querido e fraterno amigo, Professor Eliezer Schneider. A mim coube assumir interinamente a cátedra de Psicologia Geral do Departamento de Filosofia da Faculdade Nacional de Filosofia. Juntos, então, iniciamos uma cruzada visando a criação, na Faculdade Nacional de Filosofia, do Curso de Psicologia. Foi uma dura cruzada. Contra a criação do curso estavam os psiquiatras. No final, acabamos vencendo. Claro que com severas obrigações. Assim, por exemplo, alegando-se falta

de espaço no edifício onde funcionava a Faculdade Nacional de Filosofia, foi exigido que o professor Eliezer Schneider nos garantisse a única sala de aula disponível na sede do Instituto, por sinal ocupando seis salas do edifício de escritórios comerciais, conhecido como “Nilomex”, situado na esquina da rua México com Nilo Peçanha. Quanto a mim, teria que organizar o curso com professores da própria F.N.F. e com os psicólogos do Instituto. Em 1964, foi, então, criado o curso e o Departamento de Psicologia que deveria ministrá-lo, sendo eu, na condição de catedrático interino, designado para dirigi-lo. Na direção do curso permaneci até fins de 1967, quando se deu a extinção da Faculdade Nacional de Filosofia. Passou, então, o curso a ser dirigido pelo Instituto de Psicologia, na verdade, até então, apenas um “órgão suplementar” destinado a oferecer cooperação às cátedras de Psicologia Geral e de Psicologia Educacional da F.N.F.. Uma terceira cátedra, ainda, teria condições de exigir suporte do Instituto. Refiro-me à cátedra de Psicologia aplicada ao desporto, integrante do currículo da Escola de Educação Física e Desporto, da Universidade. Vale assinalar que, como órgão suplementar, não dispunha o Instituto de um Regimento que o habilitasse a exercer as funções de uma Faculdade, ou seja, de uma Escola. Coube a mim, numa passagem transitória pela direção do Instituto, implantar a Congregação, organizar os Departamentos e, com a cooperação de minha mulher, Professora Marion Merlone dos Santos Penna, organizar a Divisão de Psicologia Aplicada. Também foi por minha iniciativa que o Instituto teve o seu regimento modificado e foram realizados dois convênios: com o Detran e com o Colégio Santo Inácio.

Vale ressaltar que com a implantação do Departamento de Psicologia e o funcionamento devidamente autorizado do curso de Psicologia, realizou-se o primeiro vestibular. Planejamos o curso para 40 alunos, face a termos, apenas, uma única sala disponível. Por decreto assinado pelo então Presidente João Goulart, as vagas foram duplicadas e tivemos que, em princípio, receber 80 alunos. No final, lançando mão de recursos judiciais, mais 40 alunos entraram no curso. Com 120 alunos e apenas uma sala com 40 cadeiras, tomei a iniciativa de implantar dois turnos; um pela manhã e outro à tarde. Ainda assim, inicialmente, tínhamos que colocar os excedentes num corredor ligado à sala. Assim correu o primeiro ano. Logo, entretanto, o curso foi transferido para a Praia Vermelha, onde ocupamos prédio que, inclusive, dispunha de belo auditório para mais de 120 espectadores. Mantivemos, de qualquer modo, os dois turnos funcionando. Já na administração que resultou de um processo de intervenção no Instituto, os dois turnos foram extintos, implantando-se o regime de tempo integral, com aulas que se distribuíam das 7:00 da manhã até às 18:00 da tarde. Sem dúvida, com sérios problemas para os estudantes.

Problema inesperado apresentou-se, já no final de 1967. Organizava-se o currículo do 5o ano e tínhamos a oferecer a disciplina Teoria e Técnicas Psicoterápicas. Inesperadamente vi-me diante de sério impasse. O representante dos docentes-livres no Conselho Universitário, de resto médico-psiquiatra e grande psicanalista, expressando ponto de vista do Professor catedrático de Psiquiatria, então Diretor do Instituto de Psiquiatria, nos recusava o direito de oferecer a citada disciplina. Alegava que a atividade psicoterapêutica era de exclusiva competência médica e não se podia admitir seu ensino em uma unidade não vinculada à Faculdade de Medicina. Mostrei a impossibilidade de se aceitar esse argumento, na medida em que o oferecimento dessa disciplina nos cursos de psicologia decorria de exigência legal. Diante desse argumento, determinou o Reitor que o secretário do Conselho providenciasse o texto e, diante da evidência, concedeu autorização para que a disciplina fosse ministrada no Instituto de Psicologia.

Em 1970, fui convidado pela direção do ISOP/FGV para participar de uma Comissão a ser presidida pelo Professor Lourenço Filho, objetivando a implantação, nessa unidade da FGV, de um programa de pós-graduação em

Psicologia Aplicada, com quatro áreas de concentração. Infelizmente o eminente Mestre faleceu e as reuniões que se seguiram, por decisão unânime, deixaram de ter alguém ocupando a função vaga. Concluídos os estudos de organização e de seleção dos professores, fui, em janeiro de 1971, nomeado pelo ilustre Presidente da FGV, Chefe do Centro de Pós-graduação e Coordenador dos programas devidamente implantados. Nesta função permaneci durante 22 anos, somente sendo dispensado em novembro de 1992, quando do encerramento das atividades do Centro de Pós-graduação.

Precisamente em 1971 e poucas semanas após minha nomeação para o ISOP/FGV, fui procurado pelo Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Gama Filho para ocupar o cargo de Vice-Diretor, estando, de resto, já no exercício da Chefia do Departamento de Psicologia. Nesse cargo e, ainda posteriormente, na Direção do Departamento de Psicologia, permaneci até 1980, quando deles me afastei. Em 1987, fui aposentado compulsoriamente pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, na medida em que completara 70 anos. Ao me aposentarem compulsoriamente, tinha 38 anos de atividade, nos quais se somavam as três licenças-prêmio que jamais gozei e que, precisamente por isso, contavam em dobro, alcançando três anos. O total, portanto, chegou a 41 anos de efetivo exercício do magistério na Universidade, não computado o ano de 1948, quando ministrei cursos nos dois períodos letivos sem receber qualquer remuneração. Após minha aposentadoria, recebi o título de Professor Emérito, fato que me ensejou retornar ao Instituto de Psicologia, colaborando por mais cinco anos nos programas de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva e em Psicologia Social e da Personalidade. Ao todo, dediquei à Universidade Federal do Rio de Janeiro 47 anos de sala de aula, sem contar com o ano de 1948. Com ele, 48 anos. Obviamente, nunca fui um “vagabundo”.

Ao longo dessa minha intensa atividade, produzi, até agora, 15 livros, uma monografia, um Manual de Psicologia Aplicada às Forças Armadas, 53 verbetes publicados no Enciclopédia Mirador Internacional e cerca de 100 artigos publicados em revistas especializadas. Há um ano espero seja editado meu 16o livro, que tem um título muito sugestivo: “Introdução à Filosofia da Religião”. Estou informado de que, afinal, sairá dentro de muito pouco tempo. Adianto ainda que trabalho, no momento, no meu 17o livro, que deverá ser uma “Introdução à Filosofia”, na qual cada capítulo está dedicado a um de meus mestres na saudosa Faculdade Nacional de Filosofia. Agrada-me muito deixar bem claro que jamais pleiteei ou recebi qualquer ajuda financeira, qualquer bolsa, de qualquer das instituições destinadas ao fomento de atividades científicas. Sempre, apenas, contei com meus salários, minha aplicação ao trabalho e muita disciplina. Nada mais.

Importa assinalar que toda essa trajetória foi muito marcada por desagradável turbulência. Nunca contei com “céu de brigadeiro” ou “mar de almirante”. Na verdade, minha caminhada nunca foi tranqüila. Tive muitos obstáculos pela frente, os quais, todavia, não impediram que eu prosseguisse na busca de meus objetivos. Penso que essa turbulência começa nos fins dos anos quarenta e se revela presente em dois momentos: o primeiro, quando aceitei integrar chapa para disputa da direção do Sindicato de Professores; a segunda, quando assinei documento protestando contra o fechamento do Partido Comunista. Vale que se esclareça que nunca participei de nenhum partido político. Ocorre que, no caso da chapa que disputaria as eleições para a direção do Sindicato, havia pelo menos um de meus colegas, por sinal dos mais íntegros que conheci, que jamais escondeu sua ligação com o Partido. Pois a chapa foi considerada tipicamente comunista e todos os seus membros registrados no DOPS. Em 1968, participei da marcha dos

Cem Mil. Estava à frente dos professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, juntamente com Maria Yedda Linhares e José Américo Peçanha. Ao meu lado, também minha mulher, Marion Merlone dos Santos. Logo em seguida houve a célebre reunião no Colégio André Maurois, sob a presidência da Professora Henriette Amado. Compareci à reunião e logo fui convidado para participar da mesa. Na medida em que eu era um professor catedrático, imagino que pensaram que minha presença poderia dar mais peso à reunião. Ao seu término, produziu-se um documento de protesto contra as violências cometidas contra estudantes. Fui um dos que assinaram o documento. Integrei, ainda, o grupo de professores que levou o citado documento ao Palácio da Cultura, entregando-o às autoridades do Ministério da Educação. Do grupo participavam o professor Leite Lopes, a professora Maria Yedda Linhares e o professor José Américo Peçanha. Obviamente, todos fomos fotografados por imensa equipe de “jornalistas”, na verdade agentes do DOPS e de órgãos de segurança.

Por essa altura fui convidado a inscrever-me num concurso para preenchimento de vaga de professor titular da Universidade Federal Fluminense. O convite partiu de meu amigo, Prof. Hans Ludwing Lippmann. Também o Professor Eliezer Schneider deveria inscrever-se no concurso para Adjunto. Fomos, entretanto, surpreendidos com a exigência de apresentação de “atestado de ideologia”. Solicitamo-lo. Só nos concederam, todavia, após o encerramento do prazo das inscrições. Nessa altura eu já era professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Poderia, contudo, acumular as duas funções. Curiosamente meu atestado de ideologia indicava, simplesmente, “nada consta”.

Em função do afastamento do Professor Carlos Sanchez de Queirós, na ocasião Diretor do Instituto de Psicologia, face a convite para participar da Escola Superior de Guerra, assumi interinamente a direção do Instituto. Foi, seguramente, um período muito duro. Durante minha gestão enfrentei vários problemas e sofri várias punições. A primeira, em decorrência do que foi considerado uma greve por motivos políticos contra um professor, colega meu. Lembro-me bem que o convoquei para uma reunião da qual participaram o professor Eliezer Schneider e o professor Octávio Soares Leite. Logo solicitei que ele nos mostrasse o programa da disciplina para a qual fora indicado. Surpreendentemente revelou-me que nunca o redigira. Indaguei-lhe acerca dos autores clássicos que dispunham de textos sobre o assunto. Respondeu-nos, ainda, que não conhecia nenhum, adiantando que ministrava suas aulas com base em sua experiência profissional. Diante da resposta, pedi-lhe, muito amistosamente, que me concedesse algum tempo de modo a que eu conseguisse dar uma solução política ao problema. Não aceitou a proposta, todavia, insistindo que eu deveria punir as duas turmas “em greve”, pois, do contrário, eu é que seria punido. Afinal, insistia em que a greve era puramente política. De fato, nunca o foi. O que os alunos solicitavam era um curso de nível mais elevado. Exigência absolutamente normal, pois essa é a obrigação de qualquer Universidade. Confesso que tentei por todos os meios quebrar o movimento. Apelei para alguns alunos com os quais mantinha maior aproximação e sabia que possuíam prestígio junto aos colegas que se recusavam a assistir às aulas. Minha idéia era a de evitar que o movimento fosse precisamente interpretado como expressivo em intenção política. Infelizmente não consegui êxito. Logo, entretanto, foi o professor Octávio Soares Leite nomeado Vice-Diretor do Instituto, fato que permitiu que eu me afastasse da busca da solução que desejava. De resto, em período de férias, aproveitei-as para acompanhar, juntamente com minha mulher, meu filho, Lincoln de Abreu Penna - posteriormente professor titular do Departamento de História do IFCS/UFRJ e hoje, já aposentado -, à Europa, onde deveria gozar de bolsa fornecida pelo Governo da França e realizar curso de pós-graduação na Universidade de Toulouse. Ele tinha estado quarenta e dois dias preso para

interrogatório, na Ilha das Flores. Tendo sido Presidente do Diretório Central de Estudantes desta Universidade, exigiam dele nomes de colegas taxados de subversivos. Agindo com a integridade que sempre lhe foi peculiar, recusou-se a qualquer cooperação com o CENIMAR. Lembro-me de que, quando liberado, ouvi, com muito orgulho, do Capitão de Mar e Guerra que presidia o inquérito, que ele tinha sido um dos presos mais dignos que passaram pelo órgão de segurança da Marinha.

Por ocasião de meu retorno, estranhei a presença de dois alunos meus, do Instituto de Psicologia, à minha espera no aeroporto. Eram, precisamente, João Alberto Barreto e José Hesketh. Lá estavam, segundo me esclareceram, para comunicar-me que eu fora punido por falta de exaço no cumprimento de minhas obrigações. A falta de exaço era definida como resultante do fato de não ter aplicado a punição aos “grevistas”. Por essa altura, soube que alguém, devidamente interrogado pelo agente de segurança que atuava na Reitoria, apontou vários alunos que foram sumariamente expulsos da Universidade. Tanto eu como minha mulher, a Professora Marion Merlone dos Santos Penna, também tínhamos sido ouvidos. Para nosso bem, contudo, os depoimentos de todos os interrogados eram rigorosamente tomados por datilógrafo e, ao fim, todos recebiam cópias de seu depoimento. Guardo o documento que me foi entregue, assim como o de minha mulher.

Vale assinalar que, em função da punição que sofri, fui também chamado ao DOPS para prestar declarações. Recordo-me de que fui atendido por um Delegado que logo me perguntou por que não punira os grevistas. Respondi-lhe que não o fizera por dois motivos: o primeiro decorria da ausência de qualquer objetivo político por parte dos alunos; de fato, o que desejavam eram boas aulas. O segundo pelo fato de que qualquer punição que fosse por mim injustamente aplicada aos alunos desencadearia greve em toda a Universidade, e o nome de meu colega, por sinal muito bem sucedido em suas atividades profissionais, certamente seria posto em destaque com acusações graves em todos os Jornais. Afinal, meu procedimento fora o mais correto e bem clara a intenção de protegê-lo. Ao ouvir minha resposta, lembro-me bem que o Delegado sorriu e me confidenciou: essa experiência eu mesmo já vivi aqui no DOPS!

Cabe ainda lembrar que no caso da disciplina que gerou o movimento definido como de greve política e no caso do professor que a lecionara, a solução definitiva acabou sendo por mim mesmo dada, quando da primeira Congregação realizada após esses turbulentos episódios e já presidida pelo Diretor nomeado de fora dos quadros docentes do Instituto. Nela, passei às mãos de meu colega um programa que eu mesmo redigira, juntamente com a bibliografia adequada para que ele apresentasse durante a sessão, ao mesmo tempo em que sugeri que a citada disciplina, a ser dada em um ano, tivesse sua duração reduzida para um só período e fosse considerada concluída. Ao término dessa Congregação, o professor Eliezer Schneider, que também fora punido por outro motivo, solicitou que a Congregação se pronunciasse e nos desse um voto de solidariedade. Infelizmente a proposta caiu no vazio. A ela seguiu-se um silêncio tumular.

Uma segunda punição ocorreu mais adiante. Esta, às escondidas, me foi anunciada através de ofício sigiloso recebido pelo novo Diretor, que designou o administrador do Instituto e meu velho amigo a passá-lo às minhas mãos. Nesse ofício, diante de uma acusação anônima de que eu faltava muito às aulas, recebia a informação de que, como medida punitiva, passava do regime de 24 horas para o de 12 horas, obviamente com perdas salariais. Registre-se, mais uma vez, que a essa altura eu era o único titular concursado do Instituto de Psicologia. Sem qualquer dúvida, era

também o professor com maior carga horária na época, inclusive lecionando Teoria da Percepção na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, no Fundão. O asqueroso ofício informava que minha mulher, a professora Marion Merlone dos Santos Penna, também sofria o mesmo corte em seu regime de trabalho.

Uma terceira punição ocorreu em 1970. Indicado para coordenar o vestibular do Instituto, pensei em aperfeiçoar mais a seleção dos candidatos através de mudanças a se introduzirem na prova de português. Convidei, então, para organizá-la, a Professora Dirce Riedel. Ela própria não pôde aceitar o convite, mas prontificou-se a compor uma banca de três professores altamente competentes para redação da prova. Pois foi essa banca que, inteligentemente, escolheu como tema da parte referente à redação, a angustiada pergunta do Papa em sua alocução do fim da década de sessenta: “Para onde caminha a humanidade?”. E tal como o fizeram a Imprensa e as televisões, uma seqüência de nomes e acontecimentos significativos eram apresentados para efeito de reflexão. Claro que nessa seqüência apareciam os nomes de Luther King, Fidel Castro, Che Guevara, poder negro, libertação das colônias africanas, etc. A prova foi muito boa e obviamente difícil, pois, em geral, os candidatos eram adestrados nos cursinhos para redigirem textos sobre temas banais que, na verdade, nada solicitavam em termos da reflexão. Pois, não deu outra. Fui acusado de permitir a realização de uma prova na qual apareciam 50% de palavras subversivas. A punição foi sugerida por professores da própria Universidade, meus colegas, portanto.

Um quarto episódio ocorreu quando, estando eu na direção interina do Instituto, fui alertado pelo ilustre Reitor que fechasse rapidamente os portões do Instituto, dado que ele fora avisado de que um grande grupo de alunos encaminhava-se para a nossa Unidade, objetivando realizar reunião política em nosso auditório. Dirigi-me, então, até os portões e logo percebi que estava diante do grupo, já, a essa altura, a aproximadamente dez metros da entrada. Logo mudei a conduta recomendada pelo ilustre Reitor. Ao invés de fechá-los, abri inteiramente os portões e os convidei para o auditório. Chamei, entretanto, uns três integrantes do grupo e com eles mantive uma conversa franca. Solicitei que realizassem a reunião desejada em absoluta ordem e, de minha parte, eu lhes garantia segurança. Tudo acertado, iniciaram a reunião às 9:30 aproximadamente e só a concluíram por volta das 16:30. Como prometeram, a reunião transcorreu na mais perfeita ordem. Registro que nesse dia permaneci só, ao lado do administrador da Unidade. Não tive a companhia de qualquer colega. Sei bem que os tempos eram duros. Mas não deu outra. Foi instalada Comissão de Inquérito. O Presidente era um professor bastante conhecido. Fui chamado para prestar informação. O que o presidente do inquérito desejava é que eu fornecesse nomes. Respondi que, efetivamente, não conhecia ninguém, pois o grupo era constituído de alunos de outras unidades. Adiantava, entretanto, que a reunião fora pacífica e apenas foram discutidos problemas ligados à estrutura da Universidade. Impaciente, ele me cortava a palavra, insistindo em que isso não interessava. O que interessava eram nomes. Claro que a obsessão pela aplicação de punições era terrível. De todo esse período, lembro-me de uma frase pronunciada por Djacir de Menezes, quando exerceu a Reitoria da Universidade. Pressionado para me aplicar pena que poderia ser a mais severa, deu um soco na mesa e repetiu a célebre frase de Lutero: “Irei até aqui e daqui não passarei!”

A grande ameaça ocorreu em 1973. Às vésperas do dia dos pais, recebi telefonema do Ministério da Educação, através do Palácio da Cultura, comunicando-me que deveria responder a processo instalado em Brasília, por determinação do Ministro Jarbas Passarinho, objetivando apenas supostas atividades subversivas e recomendando minha aposentadoria. O investigador nomeado, de resto, professor desta Universidade e de outras aqui no Rio,

desculpou-se por me passar a notícia às vésperas de dia tão significativo e marcou minha ida ao Palácio da Cultura, para efeito de tomar conhecimento das acusações registradas contra mim, para quinze dias após. No prazo marcado, acompanhado de minha mulher, dirigi-me ao Palácio e logo fui recebido pelo meu investigador. Ressalte-se que a recepção foi em extremo cordial. Ofereceu-me, inclusive, um copo d'água para que eu me descontraísse, dado que ele leria as acusações que contra mim provinham dos vários órgãos de segurança. Podia, inclusive, anotá-las, pois que a mim caberia contestá-las. Soube, então, que o processo fora instaurado em Brasília, por determinação do Ministro Jarbas Passarinho, não obstante já ter sido eu absolvido por duas Comissões de Inquérito, ambas, de resto, presididas pelo ilustre embaixador Meira Penna, em Brasília, sem que eu tivesse sido notificado. Nas duas Comissões contei sempre com o voto de Minerva dado pelo embaixador, que firmara sua posição diante das informações que recolhera, no Rio, de professores de várias Universidades. Vale o registro de que o sobrenome Penna, do Embaixador, em nada tinha a ver com o sobrenome que recebi de meu pai.

As acusações de que tomei conhecimento e que registrei, para refutá-las, eram tolas. Uma delas ressaltava o estranho prestígio de que eu dispunha junto aos meus colegas do Instituto de Psicologia. Por certo, desconheciam que a grande maioria era constituída de ex-alunos meus. Outra, referia-se ao fato de que eu era visto sempre conversando com alunos. Outra, a de que eu era pai de um comunista que, por sua vez, era filho de um comunista. As acusações mais incríveis apontavam-me como um marxista que fazia suas pregações através de dois sistemas que, na verdade, eram apenas disfarces da doutrina marxista. Tais sistemas seriam o gestaltismo e a fenomenologia de Husserl! Possivelmente, a que pesava mais era a de que eu falava mal dos militares. Esqueceram-se de que fui, por dezessete anos seguidos, professor-conferencista da ECEMAR, e de que gozava de largo prestígio entre os oficiais que faziam o curso de Estado Maior. Também no CEP, fiz excelentes amigos entre os oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica. O último dos Comandantes da citada instituição até hoje é meu amigo, inclusive concedendo-me a honra de sua presença na homenagem que me foi prestada pelo Instituto de Psicologia quando completei oitenta anos de vida. O que pesava efetivamente contra mim era o ter assinado o documento redigido após a reunião realizada no Colégio André Maurois, no qual se apontavam as autoridades como responsáveis pelas violências cometidas contra estudantes. De qualquer modo tive que apresentar atestados de amigos que afirmassem serem falsas as acusações registradas. Recebi muitos atestados e de todos guardo cópias que não me permitem esquecer os que não me faltaram nas duras horas que vivi. Faço, inclusive, questão de reproduzir, neste texto, um desses atestados, pelo que ele dignifica o seu signatário.

Declaração

“Tendo tomado conhecimento das acusações que pesam sobre o Professor Antonio Gomes Penna, catedrático de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, quanto às suas atividades no Instituto de Psicologia desta Universidade, tenho a declarar que:

Durante os anos de 1961 a 1964, fui seu aluno no curso de filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado da Guanabara e posteriormente no curso de psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no período de 1964 a 1966, quando então fui convidado a colaborar, na qualidade de professor-auxiliar, na cadeira de Psicologia Geral e Experimental, colaboração esta que se mantém até a

presente data. São portanto treze anos de convívio quase diário, primeiro como aluno e depois como colega de trabalho, o que me coloca numa posição privilegiada para atestar sobre sua conduta.

Durante estes treze anos, jamais ouvi, dentro ou fora das salas de aula, palavra alguma do Professor Penna que justificasse a mais leve suspeita quanto a uma atividade político-partidária de sua parte, e muito menos de caráter marxista. Seus cursos foram orientados por um claro e inequívoco desejo de transmitir aos seus alunos uma formação filosófica e psicológica dentro de uma linha fenomenológico-gestaltista, o que pode ser comprovado por uma leitura de seus livros ou pelos programas e bibliografias de seus cursos.

O que pude verificar durante estes anos, foi a incansável atividade de um homem que mais do que qualquer outro contribuiu para o estabelecimento de uma pesquisa científica no campo da Psicologia em nosso país.

Como educador, como professor e pesquisador, assim como homem, o prof. Antonio Gomes Penna dignifica a Universidade brasileira e somente a inveja e o espírito patologicamente mesquinho de alguém, podem ter sido as fontes das referidas suspeitas. O exemplo que ele nos deu foi de honestidade, integridade moral e responsabilidade profissional.

Se a conduta profissional do Prof. Penna é razão para alguma suspeita, muito me honraria que esta pairasse também sobre a minha pessoa, pois sempre que possível, não hesito em tomá-la como exemplo.”

Assinado - Luiz Alfredo Garcia Roza Prof. Adjunto da PUC e Prof.

Auxiliar da UFRJ.

Em 27 de agosto de 1973.

Não posso deixar de consignar também a atitude rigorosamente correta de meu investigador. Desconhecendo o significado da Fenomenologia, em especial, decidi tomar aulas particulares com o Prof. Vieira Pinto, com o objetivo de avaliar a possibilidade de, efetivamente, identificá-la com o marxismo. Registro, ainda, que depois de todas as suas investigações e no encerramento do inquérito, despediu-se de mim solicitando que, se possível, eu lhe desse alguma orientação para que produzisse sua tese de docência-livre e afirmando que ficaria muito honrado se eu lhe concedesse minha amizade. Obviamente, não lhe cito o nome. Sei que isso lhe desagradaria. Penso, ao contrário, que seu nome até deveria ser sublinhado pela correção com que se conduziu na elaboração do inquérito.

Para finalizar este aspecto altamente turbulento de minhas atividades acadêmicas e que, por igual, não esteve ausente nas de muitos de meus colegas, registro, ainda, três episódios bem significativos. O primeiro ocorreu em 1968, nesta Universidade, quando, aberto o concurso para preenchimento de vaga de titular na cadeira de Psicologia Geral, logo me inscrevi. Fui candidato único e, no caso, nomearam o Prof. Hans Ludwig Lippmann para proceder a uma espécie de exame de qualificação do texto que apresentei como tese. O ilustre professor logo apresentou parecer com os maiores elogios ao trabalho que examinara. Foi, então, nomeada a Banca Examinadora e marcado o início das provas para sete dias após a comunicação que recebi. Logo em seguida, todavia, recebi a informação de que o concurso tinha sido suspenso. Incrivelmente nunca me informaram a origem da ordem de suspendê-lo e as razões que a determinaram. Era Reitor nessa época o ilustre professor Dr. João Lyra Filho, irmão do igualmente ilustre General Tavares Lyra. Diante desse ato de total desconsideração, logo solicitei minha aposentadoria especial quando contava com a idade de 53 anos e 28 anos e meio de exercício de docência.

O segundo ocorreu quando fui nomeado pelo Presidente da Fundação Getúlio Vargas para Coordenador dos programas de Pós-Graduação em Psicologia e Chefe do centro de Pós-Graduação do ISOP. Logo soube que o ilustre Presidente, Dr. Luís Simões Lopes, recebeu ofício sigiloso do representante do Ministério da Educação, de resto, um general, de que convinha fosse o ato da minha nomeação desfeito face a minha condição de subversivo. Diante do espanto do Dr. Simões Lopes, o Dr. João Carlos Vital reivindicou a solução do impasse. Dirigiu-se ao Palácio de Cultura e teve entrevista com o general. A acusação era de que eu falava mal dos militares e era constantemente visto conversando com estudantes. Segundo me relatou o Dr. João Carlos Vital, sua resposta foi a de que, no que se refere ao fato de eu ser visto conversando com os estudantes, o espantoso era não terem percebido que essa era minha obrigação. Ao ilustre general cabia, obviamente, também, conversar com militares. De qualquer modo, assumi a responsabilidade, sem me conhecer, por minha nomeação. Efetivamente honro a sua memória ao registrar seu gesto, infelizmente muito raro na época.

O terceiro episódio ocorreu na Universidade Gama Filho. Coincidentemente com a minha nomeação para o ISOP/FGV, fui também nomeado para cargo de direção nessa Universidade. Em decorrência disso, soube que o Ministro Gama Filho recebeu documento idêntico ao remetido à FGV e, tal como na FGV, fui mantido nas funções que me tinham sido oferecidas, por certo também mediante termo de responsabilidade.

Todos esses episódios comprovam que não foi tranqüila minha longa caminhada profissional. Em seu transcurso, todavia, recebi também muitas provas de respeito pelo que realizei. O título de Prof. Emérito do IP/UFRJ foi dos que mais me agradaram.

Não poderia encerrar este texto sem apontar para algumas das mais importantes figuras da psicologia, em relação às quais sempre me sinto em débito.

Começaria por Radecki. Nunca o conheci, mas, como no famoso filme, sempre o amei. Na verdade, quando em 1925 assumi a Chefia do Laboratório que fundou e organizou na Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, eu tinha apenas 8 anos de idade. Todavia, fui discípulo de dois de seus alunos: Jayme Grabois e Nilton Campos. Ambos, efetivamente, entraram na psicologia por suas mãos e viveram alguns anos sob sua influência. Nunca, todavia, me falaram sobre o mestre, no sentido de ressaltarem suas idéias e de esclarecerem a natureza do sistema psicológico que produzira e do qual ambos se consideravam impregnados: Nilton, no texto que publicou sobre a “Psicologia da vida Afetiva” e Grabois, no projeto de pesquisa que elaborou, junto com o prof. Euryalo Cannabrava, e que saiu publicado nos Anais, creio que de 1936. Na realidade, nenhum dos dois jamais me explicou o significado do famoso “discriminacionismo afetivo”. Tampouco, nenhum dos dois me mostrou o exemplar que, obviamente, ambos possuíam, do “Tratado de Psicologia” que o grande mestre polonês publicou no Brasil. Grabois, certamente, me falou muito sobre os aspectos anedóticos da vida de seu professor. Jamais sobre suas contribuições no domínio da psicologia experimental. No caso de Nilton, seu silêncio cheguei a entender. Por ocasião da publicação de seu texto sobre a psicologia da vida afetiva, tendo-o dedicado a Köhler, que passava pelo Rio, deixou muito magoado o mestre que o encaminhara na Psicologia. Houve, então, inevitável rompimento. A reconciliação ocorreu bem mais tarde, quando ambos se encontraram em Congresso Internacional de Psicologia. Nessa ocasião, Nilton tomou a iniciativa de procurá-lo, chamando-o carinhosamente de “meu mestre”. Por ocasião da morte de Radecki, ocorrida em Montevideu em 1953,

Nilton redigiu curto mas muito elogioso necrológio. Da imagem que me foi traçada por Grabois, Radecki teria sido um homem muito sarcástico. Parece que tinha desprezo pelos que se dedicavam à psicologia aplicada. Nesse desprezo incluía o ilustre psicólogo suíço Léon Walther, que teve uma participação muito significativa no que se refere à implantação do que, na época, se definia como psicotécnica. Eis um nome que deve ser anotado pelos que se empenham no resgate da memória da psicologia. Recordo que, conforme o belo texto redigido por Pierre Bovet sobre a História do Instituto J. J. Rousseau, Léon Walther foi o primeiro psicólogo especializado em psicologia do trabalho diplomado pelo Instituto e, posteriormente, Chefe de Departamento voltado para o ensino da Psicologia Aplicada. Seu clássico texto “La Technopsychologia du travail industrial”, publicado na Suíça em 1926, foi muito bem traduzido e publicado pela Melhoramentos de São Paulo, graças a Lourenço Filho.

Vale, entretanto, o registro de que o próprio Radecki sofreu severas discriminações durante sua permanência em nosso país. Na própria Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, por exemplo, nunca contou com a simpatia de Plínio Olinto. Este, psiquiatra e, posteriormente, professor de psicologia no Instituto de Educação, embora ensaiasse também algumas pesquisas experimentais na Colônia, tendo, inclusive, a colaboração da posteriormente médica Dra. Brasília Leme Lopes, nunca freqüentou o Laboratório do mestre polonês. Alegava que não o fazia por não concordar com o “discriminacionismo afetivo” de Radecki. Também ele, parece, não concordava com algo que, por igual, nunca esclareceu em que consistia. Um verdadeiro mistério. Uma única vez em que por acaso conversei com Cannabrava sobre Radecki, dele ouvi um episódio significativo. Ocorreu durante uma conferência pronunciada por Köhler em sua passagem pelo Rio. Köhler explicava o conceito de estrutura e Radecki solicitou que ele explicasse de que modo esse conceito podia valer em relação aos processos afetivos. Segundo Cannabrava, que estava presente, Köhler não ofereceu qualquer explicação. Na verdade, essa foi a única vez em que eu recebi alguma informação sobre a postura teórica do mestre de Varsóvia. Alguns anos antes, em conversa com o ilustre professor Nelson Romero, de resto, grande latinista, sabendo que ele havia sido assistente de Etienne Sourreau na cadeira de Psicologia oferecida pela extinta Universidade do Distrito Federal, criada por Anísio Teixeira, perguntei-lhe sobre o que me podia dizer sobre Radecki. Sua resposta foi muito dura: “Foi um simples bedel de Claparède”. Aqui, o preconceito expressava-se em termos de desvalorização da psicologia experimental, como, por igual, em relação aos testes já se havia manifestado Alceu de Amoroso Lima, desqualificando-os como tolas tentativas de se medir a alma!

O “Tratado de Psicologia” (resumido) redigido por Radecki, eu o encontrei numa livraria de livros usados, que existia na rua São José. Trazia uma dedicatória ao Dr. Alberto Farane, com a assinatura do Mestre. Devorei-o. Confesso que o reli muitas vezes. Ainda recentemente, consultei-o. Composto de 17 fascículos em que “resumidamente” apresenta o curso que ministrava na Escola de Aplicação do Serviço de Saúde do Exército, o livro atinge 443 páginas. Ao longo destas, mais de 300 citações podem ser registradas. Em breve levantamento que fiz, verifiquei que Wundt aparece citado por 49 vezes; Jamer, por 33 vezes; Claparède, por 27 vezes; Ribot, também por 27 vezes; e Freud, 15 vezes. Dois brasileiros aparecem mencionados no Tratado: Manoel Bonfim, uma única vez e sobre questão insignificante, e Nilton Campos, na medida em que colaborou com Radecki numa pesquisa citada pelo mestre.

Na última releitura que fiz do texto de Radecki, procurei decifrar o enigma do “discriminacionismo afetivo”. Obviamente, não encontrei uma única vez essa expressão empregada por Radecki. Li, todavia, o capítulo sobre a “discriminação perceptiva” e tornei a ler o capítulo sobre a “afetividade”. Procurei integrar os dois textos. Logo se

verifica a imensa relevância concedida à afetividade por Radecki. Todos os processos que a exprimem são definidos como globais, por oposição aos processos que expressam as atividades dos sentidos e do pensamento. Aventuro-me a supor que, para Radecki, todas as atividades discriminatórias teriam suporte afetivo. Admitida essa tese, julgo não impertinente a afirmação de que a perspectiva assumida pelo antigo catedrático de Psicologia da Universidade Livre de Varsóvia poderia ser considerada como ocupando um espaço significativo no que, bem posteriormente, se definiu como “New Look in Perception”. Por outro lado, não custa recordar que durante algum tempo trabalhou com Claparède, em período em que lá também se encontrava Helena Antipoff. Foi nesse período que conforme ressalta Nilton Campos, no necrológico publicado em 1953, Radecki realizou memorável pesquisa sobre “Les phénomènes psycho-électriques”, publicada em 1911. “O digno cientista” - registra Nilton - polonês, sul-americanizado, adverte que suas investigações coincidem com as que, contemporaneamente, efetuaram os autores norte-americanos Frederick Wells e Alexander Forber, a respeito do mesmo assunto. Esse fato, porém, só lhe chegara ao conhecimento tardiamente, por ocasião da leitura dos “Archives of Psychology”, na publicação de março de 1911, onde constava o trabalho dos autores citados, intitulado “On certain electrical process in the human body and their relation to emotional reactions”.

Sobre Nilton Campos e Lourenço Filho já lhes dediquei bom espaço em minha “História da Psicologia no Rio de Janeiro”, editada pela Imago. Voltei a escrever sobre Lourenço Filho quando foi editado - sob a organização do Prof. Dr. Carlos Monarcha e edição da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília - o livro em sua homenagem, sob o título: “Lourenço Filho - Outros aspectos, mesma obra”, em 1997. Particularmente tenho grandes dívidas com o inesquecível mestre. A primeira foi a indicação de meu nome ao Itamaraty para fundar, organizar e dirigir uma Faculdade de Filosofia, em Assunção, no Paraguai. A segunda quando me convidou para assumir a Presidência da “Associação Brasileira de Psicologia Aplicada”, em substituição ao ilustre Padre Benko, que finalizara seu mandato. A terceira, quando aceitou meu convite para prefaciar, pouco antes de falecer, meu livro “Comunicação e Linguagem”.

Sobre Grabois, só me resta destacar sua brilhante cultura e seu aguçado espírito crítico. Sempre se definiu como um “behaviorista crítico”. Dotado de boa cultura no domínio da Teoria do Conhecimento e dos grandes sistemas psicológicos, não chegou a fazer a carreira que, sem dúvida, sempre pensei que pudesse realizar. A rigor, foi meu primeiro grande professor de psicologia. Assisti seu curso durante um ano. Muito pouco, quando comparo com os três anos durante os quais fui aluno de Nilton e dos muitos anos em que com ele convivi e aprendi, na condição de assistente. Confesso que me encantaria muito escrever sobre Grabois. Teria que me restringir, todavia, a uma evocação de comentários que, vez por outra, desenvolvia sobre a psicologia. Um dado que pouquíssimas pessoas conhecem é que Grabois não nasceu no Brasil. Na verdade, era argentino. Sua família, contudo, veio para o Brasil e todos aqui se radicaram. Infelizmente Grabois nada escreveu. Tampouco fez carreira universitária, desde que jamais se preocupou em fazer a docência-livre, condição indispensável para que ocupasse o lugar que merecia. Certa vez provoquei-lhe forte emoção, logo denunciada pelas lágrimas que lhe rolaram pela face, quando, depois de muitos anos sem vê-lo, com ele acidentalmente me encontrei no centro do Rio. Ao abraçá-lo, confessei-lhe que eu era o único discípulo que ele formara em sua vida e que minha cátedra, na Universidade, eu a devia, não só ao Nilton, mas também a ele; e hoje, acrescento, a ambos e ao inesquecível Prof. Penido com quem, efetivamente, aprendi a pensar.

* Professor emérito do Instituto de Psicologia da UFRJ.